

## **Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação \***

Marta Maria Chagas de Carvalho\*

### **Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar a disseminação do chamado “escolanovismo” no Brasil. É examinado o modo pelo qual o impresso funcionou como dispositivo de configuração do campo da pedagogia e de conformação das práticas escolares. Recusando-se automatizar o ideário escolanovista das práticas em que se inscreveu e dos dispositivos que o fizeram circular, a investigação situou-se no domínio de uma história material da circulação do impresso e de suas apropriações.

**Palavras-chave:** Escola Nova. Impresso. Pedagogia.

### **Pedagogy in “New School” and the use of printing: itinerary of a survey an investigation**

### **Abstract**

The aim of this article is to examine the expansion of the concept of “escolanovismo” (new school) in Brazil. It is analysed the way the printing worked as a tool in pedagogy area in school practices. Avoiding the most common research practices about “escolanovismo” (nwe school). This work is in the area of material history, and it studies the way the printings circulated and their uses.

**Keywords:** “New School”. Printing. Pedagogy.

\*. Programa de Mestrado em Educação UNISO.

## Introdução

A investigação cujo itinerário descrevo aqui teve o objetivo de analisar a disseminação do chamado “escolanovismo”, no Brasil, examinando o modo pelo qual o impresso funcionou como dispositivo de configuração do campo da pedagogia e de conformação das práticas escolares. Recusando-se a autonomizar o ideário escolanovista das práticas em que se inscreveu e dos dispositivos que o fizeram circular, a investigação situou-se no domínio de uma história material da circulação do impresso e de suas apropriações. Na sua formulação original, a pesquisa foi um desdobramento de minha tese de doutoramento, *Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação(1924-1931)*<sup>1</sup>

A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi, nos anos 1920 e 1930, a principal instância de organização do chamado movimento de renovação educacional no Brasil, congregando, na década de 1920, numa mesma campanha pela “causa cívico-educacional”, grupos de educadores que se antagonizariam mais tarde, após a Revolução de 1930, quando, numa conjuntura de crescimento do aparato estatal e de disputa por hegemonia política, a luta pelo controle do aparelho escolar tornou-se, para os referidos grupos, central. A pesquisa então realizada levou-me a questionar muitas informações e interpretações recorrentes na historiografia educacional brasileira sobre o movimento referido. Ao mesmo tempo, forneceu-me alguns pontos de partida importantes para uma nova investigação. Talvez o mais importante deles tenha sido a configuração do campo de consenso que tornara possível a referida campanha pela *causa cívico-educacional*, campo constituído pelo que chamo de *programa de organização da nacionalidade*. Neste programa, havia concordância quanto à importância conferida à educação - “causa cívica de redenção nacional” - e também quanto ao papel que a educação deveria nele desempenhar: obra de moldagem de um povo amorfo, a cargo de elites a quem caberia direcionar o que era entendido como processo de constituição da nacionalidade. A explicitação desse campo consensual levou-me a estabelecer o crivo principal que determinava a apropriação das propostas escolanovistas: sua maior eficiência na constituição de um “povo” adequado à construção da “nação”, tal como era autoritariamente projetada. Além disto, a pesquisa então realizada permitiu evidenciar que, no discurso escolanovista dominante nos anos vinte, a crítica formulada aos objetivos estritamente instrucionais da escola dita tradicional não era feita em nome da valorização de novos processos e procedimentos de ensino-aprendizagem ou de novas formas de convivência escolar. Ao contrário, o que era valorizado nas proposições escolanovistas era a “educação integral”, por oposição à instrução. Esses resultados da investigação tinham um importante desdobramento, suscetível de ser genericamente expresso como questão relativa aos limites da inovação educacional nos anos 1920 e 1930..

A partir da Revolução de 1930, o campo de consenso constituído no

movimento educacional dos anos vinte passa a ser tensionado por estratégias de dois grupos rivais que se antagonizam na luta pelo controle do aparelho escolar, os “católicos” e os “pioneiros”, como viriam a ser chamados na historiografia sobre o tema. A denominação alude, no caso do segundo grupo, à sua condição de signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, como tomada de posição em defesa de um sistema nacional de educação pública, leiga e gratuita. No caso do primeiro, designa setores do laicato intelectual católico militante que se articularam no Centro D. Vital, em São Paulo e no Rio de Janeiro, na Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e, principalmente, a partir de 1934, na Confederação Católica Brasileira de Educação.

O embate doutrinário no campo pedagógico foi, para estes grupos, estrategicamente fundamental na luta pelo controle do aparelho escolar que se desenrolou na primeira metade da década de trinta, prolongando-se até, pelo menos, a decretação do Estado Novo. Nela, a questão principal era ganhar a adesão do professor a preceitos pedagógicos capazes de fazer da escola um instrumento eficaz de “organização nacional através da organização da cultura” tal como diferencialmente postulavam os dois grupos em confronto. E será nessa luta que o impresso desempenhará um papel fundamental. Na forma de livro de estudo para a Escola Normal, de livro de formação integrante de uma Biblioteca Pedagógica, de artigo de revista dirigida ao professor, de instrução regulamentar endereçada às escolas, de artigo de polêmica em jornal de grande circulação etc., o impresso será dispositivo de regulação e modelagem do discurso e da prática pedagógica do professorado.

Diversas foram as estratégias editoriais de divulgação e censura da pedagogia escolanovista, tomadas pelos educadores dos dois grupos aludidos, seja como técnicos responsáveis por reformas nos sistemas públicos de ensino, seja como educadores engajados no movimento de renovação educacional. A análise destas estratégias não poderia ser dissociada das apropriações que eles fizeram dessa pedagogia e do modo como diferencialmente entenderam que determinadas proposições escolanovistas eram mais adequadas do que outras a seus projetos de intervenção escolar. A análise dessas estratégias suporia, assim, um deslocamento de perspectiva que privilegiasse as apropriações do discurso escolanovista efetuadas nas práticas - discursivas e não discursivas - destes educadores.

A diferença entre as estratégias editoriais de “pioneiros” e “católicos” não se restringiu ao modo como diferencialmente se apropriaram dos preceitos da pedagogia da escola nova. Nessas estratégias, é o próprio campo dos saberes pedagógicos que é diferencialmente constituído. Assim, tornaram-se pertinentes as perguntas: Como são configurados esses campos? Que saberes são selecionados para compô-los? De que maneira são articulados? Que suportes materiais os veiculam? Como eles se materializaram em políticas de seleção do material editado? Manuais de Pedagogia? Coleções Pedagógicas?

Marta Maria Chagas de Carvalho

Revistas? Materiais Didáticos?

A perspectiva de investigação delineada tomou o conceito de apropriação, formulado por Michel de Certeau em *A Invenção do Quotidiano* (1992), como prática cujo modelo é a enunciação - uso particular de um repertório, numa situação determinada-, para compreender as leituras que fizeram os escolanovistas brasileiros da produção pedagógica estrangeira. Mas tomou também a Certeau o conceito de estratégia, como prática que supõe um lugar de poder que lhe é próprio, para dar conta das iniciativas editoriais e textuais dos grupos engajados no movimento de renovação educacional. Deste modo, considerou os discursos escolanovistas dos educadores profissionais empenhados na remodelação escolar no Brasil como apropriações de um outro *corpus* discursivo constituído, pela análise, como repertório. Com isto, pretendeu analisar as estratégias discursivas que recortam diferencialmente esse repertório, constituindo um campo de saberes pedagógicos, e, concomitantemente, autorizando, deslegitimando e prescrevendo práticas.

Para a determinação das apropriações efetuadas, a investigação se deteve na análise dos discursos escolanovistas dos educadores aludidos, evidenciando a perspectiva particular que diferencialmente neles assume a *enunciação*, em relação aos *enunciados* que produz. Com isto pretendeu determinar as posições que assumem os sujeitos da *enunciação* num campo configurado como campo de consenso e de luta nos termos acima explicitados. Nesta perspectiva, trabalhou com um *corpus* discursivo constituído por textos de polémica, produzidos como conferências, manifestos, palestras e artigos que se articulem como tomada de posição no campo referido.

Assim, a investigação trabalhou o discurso pedagógico escolanovista enquanto *leitura*, entendida como *prática de apropriação*, interessando-se fundamentalmente pela especificação de usos do repertório escolanovista na reconfiguração do campo teórico/doutrinário da pedagogia. Em uma perspectiva complementar, visou a configurar as estratégias editoriais de disseminação da pedagogia escolanovista, perguntando-se pelo lugar conferido ao impresso nas iniciativas tomadas pelos grupos referidos nos anos 1920 e 1930. Constituindo o campo de consenso e o território de disputa em que se constituiu o chamado movimento de renovação educacional no Brasil, interessou-se pela determinação dos lugares nos quais e a partir dos quais se articularam as estratégias editoriais dos grupos que então se organizaram com a finalidade de remodelar a escola brasileira a partir de preceitos tomados à chamada *pedagogia da escola nova*, que então se difundia internacionalmente.

A análise das estratégias editoriais e dos usos do impresso na disseminação do escolanovismo não perde de vista a exigência, insistentemente reafirmada por Roger Chartier, de que “não existe texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor” (CHARTIER,

1990, p. 127). Além disto, enfatiza a perspectiva arqueológica proposta também por Chartier (CHARTIER, apud GAUZÈRE, 1987), tomando o impresso em sua materialidade de objeto cultural e interessando-se pelas práticas que o produzem e pelos usos que dele são feitos. Trata-se, assim, de analisar o impresso da perspectiva de sua produção e distribuição, como produto de estratégias editoriais. Essa perspectiva de análise se distingue de uma que lhe é complementar, que toma o impresso como suporte material de práticas de apropriação.

O conceito de *estratégia*, tomado a Michel de Certeau, ganha toda pertinência, se referido a práticas cujo exercício pressupõe um lugar de poder. Aplicado, por exemplo, a uma história dos impressos destinados ao uso de professores, o conceito põe em evidência dispositivos de imposição de saberes e normatização de práticas, referidos a lugares de poder determinados: uma casa de edição; um departamento governamental; uma instância eclesiástica; uma iniciativa de reforma educacional etc.

Levar em conta o lugar de poder em que se articulam as estratégias que põem o impresso em circulação implica contextualizar o objeto da análise em uma situação determinada. Essa exigência levou a investigação a organizar o *corpus* de impressos analisado como conjunto de unidades compostas por um ou vários impressos unificados enquanto produtos de uma mesma estratégia editorial .

Obtendo o controle da *Associação Brasileira de Educação (ABE)*, em 1932, os chamados “*pioneiros*” não tomaram, enquanto grupo institucionalmente articulado, nenhuma iniciativa editorial voltada para a difusão da pedagogia escolanovista, excetuando-se a publicação do já referido Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Na ABE, privilegiaram atuar no debate legislativo, de modo a garantir, do ponto de vista da estruturação formal do sistema nacional de ensino, a constituição de uma *escola única* - pública, leiga e gratuita. Foi na situação de reformadores do aparelho escolar institucionalmente investidos nos cargos de Diretores dos sistemas de ensino público, ou na qualidade de intelectuais individualmente responsáveis pela organização e edição de coleções pedagógicas, que alguns dentre eles se destacaram, articulando suas estratégias de difusão do escolanovismo. Por isso, a pesquisa optou por constituir como unidades de análise, os conjuntos de impressos resultantes de estratégias editoriais inscritas no âmbito das iniciativas de reforma escolar tomadas por esses educadores, na condição de gestores dos sistemas públicos de ensino. Privilegiei também o estudo das coleções pedagógicas que esses educadores organizaram para editoras como a Companhia Editora Nacional e a Companhia Melhoramentos de São Paulo

Já os “*católicos*” tomaram uma série de iniciativas editoriais, atuando como grupo organizado na *Confederação Católica Brasileira de Educação*. Entre essas iniciativas, ressalta a publicação de uma revista especialmente

**Marta Maria Chagas de Carvalho**

dedicada ao debate doutrinário no campo da pedagogia. Por isso, decidi considerar agente das estratégias editoriais católicas a *Confederação Católica Brasileira de Educação*, constituindo os impressos a ela vinculados como unidade de análise.

Constituídas estas unidades de análise, a pesquisa tem-se voltado para a caracterização das estratégias editoriais postas a serviço da difusão dos preceitos da pedagogia da Escola Nova no Brasil. Um dos resultados da investigação foi a identificação de uma diferença de extrema relevância - até agora descuidada na bibliografia disponível - nas apropriações que fizeram do escolanovismo, os chamados *católicos* e *pioneiros*. Enquanto estes últimos atuaram no sentido de determinar o significado das expressões *educação nova* e *escola nova*, amarrando-o a um programa de reorganização da cultura e da sociedade que exigia iniciativas de reforma estrutural da escola e do sistema escolar, os “*católicos*” agiram em direção diversa, procurando confinar o uso da expressão ao campo doutrinário da pedagogia. Esta estratégia tinha um sentido claro: constituir um lugar de poder, de autoridade, para ajuizar, de modo a garantir que a introdução do escolanovismo nas escolas não tivesse o impacto transformador esperado pelos seus adversários. Essa diferença é de extrema importância para a determinação das estratégias editoriais de conformação do campo doutrinário da pedagogia. Trata-se, por um lado, de compreender a estratégia católica de confinamento do escolanovismo no campo doutrinário da pedagogia, privilegiando a análise de uma iniciativa editorial: a publicação da *Revista Brasileira de Pedagogia*. De outro, trata-se de investigar as estratégias editoriais dos chamados “pioneiros”, situando-as num lugar de poder: o da posição que ocuparam como profissionais e políticos encarregados da gestão de sistemas públicos de ensino. Neste caso, interessa determinar as práticas através das quais os chamados pioneiros buscaram viabilizar seus projetos de promoção, através da escola, do que era chamado de uma “nova civilização”

As estratégias discursivas católicas caracterizaram-se por operar a explicitação do significado do termo *escola nova* no campo teórico e doutrinário da Pedagogia, tendência manifesta, já, na preferência dada à expressão *pedagogia da escola nova*. Tal preferência era recurso ardiloso. No campo pedagógico, a questão dos fins educacionais era instanciada como fundamento de toda e qualquer discussão. Firmado o império da doutrina católica neste domínio, passava-se a julgar as novas pedagogias. Neste tribunal, aquelas que não contrariassem os princípios estabelecidos tinham seu estatuto disciplinar reconhecido e as que deles discrepavam eram rebaixadas como “*má pedagogia*”. A encenação tinha dois alvos principais. Por um lado, construir um discurso escolanovista católico que ganhasse a adesão do professorado. Por outro, instanciar-se como autoridade tecnicamente competente para ajuizar as palavras e as obras dos seus adversários.

Produto e resíduo de práticas, o impresso escolanovista católico

integra uma rede de objetos que se articulam enquanto produtos e instrumentos de práticas de aglutinação do professorado na *Confederação Católica Brasileira de Educação*. Anais de Congressos, Revistas e Boletins especializados em educação constituem uma rede de impressos que é produto e instrumento dessas práticas de controle pedagógico e organizacional do professorado católico, práticas fortemente respaldadas pela estrutura e pela autoridade eclesiásticas<sup>2</sup>. Nessa rede, destaca-se a *Revista Brasileira de Pedagogia*, órgão da aludida Confederação, entidade que, além de prever a associação individual de professores, tinha como sócios as instituições escolares católicas. Assim, a circulação do impresso estava assegurada por mecanismos de distribuição do impresso às instituições associadas. A recepção adequada era respaldada por estratégias legitimadas pela autoridade da hierarquia eclesiástica que referendava essa iniciativa de organização do professorado. Nos impressos, a questão dos fins educacionais era instanciada como fundamento de toda e qualquer discussão. Firmado o império da doutrina católica neste domínio, uma ortodoxia pedagógica era estabelecida, um *corpus* bibliográfico de referência era constituído como leque de leituras autorizadas e um léxico escolanovista saturado de sentido religioso era proposto como cânone discursivo e guia da prática docente.

Há uma diferença relevante entre as estratégias editoriais dos *católicos* e dos *pioneiros* na difusão dos escolanovismo. Para os primeiros, o impresso foi sobretudo dispositivo de constituição de um lugar de autoridade para censurar os princípios doutrinários e as práticas escolanovistas de seus adversários e para constituir e legitimar um discurso escolanovista católico que ganhasse a adesão do professorado. Já os “pioneiros” privilegiaram constituir um repertório de saberes pedagógicos suscetível de múltiplos usos. Nesse empreendimento, maximizaram a divulgação em detrimento da censura, efetuando a triagem das novas pedagogias na própria operação de seleção dos materiais editados. Além disso, privilegiaram a edição de materiais impressos aptos a funcionar como ferramentas de transformação do trabalho do professor nas escolas, como foi o caso da publicação de guias e orientações para a elaboração, de programas de cursos pelos professores. A diferença entre as estratégias dos dois grupos, determinante da escolha dos tipos de materiais impressos, deve ser pensada relativamente às condições, também diferenciadas, de produção, circulação e recepção do impresso que caracterizaram tais estratégias.

As estratégias editoriais dos pioneiros foram fortemente marcadas pela sua situação de profissionais e políticos encarregados da gestão (por eles sempre entendida como reforma educacional) dos sistemas públicos de ensino. Disso decorriam condições especiais de produção, circulação e recepção do impresso, condições dadas: a) pela delimitação de um círculo fechado e muito especial de destinatários, pois da prática informada pela leitura que fizessem dependia o destino da própria reforma; b) por um circuito de circulação previsto e garantido pela própria iniciativa de publicação e distribuição; c) pela intersecção

**Marta Maria Chagas de Carvalho**

com outras estratégias que a reforma educacional promovida acionava, no objetivo de conformação das práticas docentes.

Para determinar as estratégias textuais e editoriais que marcaram a atuação dos “pioneiros” como reformadores escolares, julgou-se conveniente responder às perguntas: Que importância foi dada a iniciativas de formação dos professores calcadas em usos do impresso, em suas estratégias de reforma escolar? Que práticas de leitura de professores foram suscitadas? Que formatos do impresso foram privilegiados nas iniciativas tomadas? Criação ou remodelação de revistas pedagógicas destinadas ao professorado? Edição e distribuição de publicações especiais de apoio ao trabalho docente? Constituição de bibliotecas especializadas? Edição, recomendação e/ou distribuição de livros? Trata-se de respondê-las pensando a difusão da chamada pedagogia da escola nova como estratégia articulada a um programa de reforma da sociedade pela reforma da escola

Essas questões devem ser aplicadas de modo específico a cada uma das estratégias de reforma escolar. Assim, por exemplo, o exame das iniciativas editoriais desenvolvidas no âmbito da Reforma Anísio Teixeira na Bahia, no final da década de 1920, ou no Distrito Federal, nos anos 30, requer estudos específicos, assim como o referente a iniciativas vinculadas às gestões de Lourenço Filho, em São Paulo e depois no Ministério da Educação e Saúde, e de Fernando de Azevedo, inicialmente no Rio de Janeiro e, depois, em São Paulo, como Diretores dos sistemas de educação pública ou como técnicos encarregados de políticas educacionais. Mas, guardadas as diferenças, tais estratégias tiveram características comuns, oriundas da afinidade entre os princípios e os objetivos que as nortearam: os de um programa de reforma da sociedade pela reforma da escola que tinha na mudança de mentalidade do professorado condição *sine qua non* e, na observância de determinados princípios escolanovistas para promovê-la, uma exigência decorrente da fé que depositavam no que consideravam conquistas incontestes do avanço científico no campo das ciências humanas, especialmente a psicologia.

Operar com unidades de análise constituídas por um ou vários impressos unificados como produtos de uma estratégia editorial determinada permite identificar dispositivos de imposição de modelos pedagógicos. A análise de situações específicas como as delimitadas por iniciativas circunscritas de reforma escolar pode pôr em evidência a relação entre as concepções pedagógicas em circulação e as estratégias editoriais adotadas. Na situação de uma reforma educacional, a relação entre pedagogia como discurso normativo e usos do impresso é explicitada pelas inúmeras justificativas que o reformador apresenta de suas iniciativas. Tal explicitação é importante, pois nela se configuram representações sobre as relações ensino/aprendizagem que funcionam como regras que regem o uso feito do impresso no âmbito das iniciativas de reforma escolar, pondo-o em circulação. Regras que também prescrevem usos do impresso para os destinatários visados. Com isso vêm à

tona questões cruciais, relativas a representações sobre a prática docente e sobre o papel do professor como usuário do impresso, seja este material destinado ao aluno ou ao professor. Pondo em cena essa inter-relação entre usos do impresso e modalidades de concepção e intervenção pedagógica, tais análises permitem pôr em cena a função meta-normativa das concepções pedagógicas que regem as estratégias de difusão, imposição e apropriação dos saberes pedagógicos. Na análise da inter-relação entre medidas de uma determinada iniciativa de reforma escolar, pode-se pôr em evidência a relação entre estratégias editoriais e modalidades de intervenção pedagógica, pondo em cena os códigos que regem a representação e a normatização das práticas escolares, regendo também os processos de produção, circulação e apropriação do impresso de destinação escolar.

Embora diversas entre si, as estratégias editoriais dos “pioneiros” apresentam alguns pontos em comum quando comparadas às dos católicos. A seleção do tipo de material a ser impresso obedece à lógica ditada pelo imperativo da intervenção remodeladora das práticas escolares, suposto na iniciativa mesma de reforma educacional de que são os gestores. Do ponto de vista dessa lógica, importou menos, como foi o caso católico, fazer a triagem da má pedagogia e estabelecer limites de aceitabilidade das proposições escolanovistas. O que importou, foi imprimir uma determinada direção à remodelação das práticas docentes, condição *sine qua non* do sucesso de qualquer reforma. Por isso, a escolha do impresso que seria editado e distribuído recaiu preferencialmente em material apto a fazer ver ao professor no que residia, concretamente, a necessidade e possibilidade de transformação de suas práticas.

Exemplo claro de uma estratégia editorial com este perfil é a edição dos *Programas e Guias de Ensino*, na forma de livros, pelo Departamento de Educação do Distrito Federal, na gestão Anísio Teixeira. Na “Apresentação” que faz do primeiro volume da coleção, o reformador fornece protocolos de leitura que permitem explicitar a escolha do tipo de material impresso efetuada.

Na “Apresentação” do volume *Programa de Linguagem* (CAMPOS, 1933), Anísio Teixeira justifica a iniciativa de publicação de uma série destinada aos programas escolares, repudiando a idéia de que a “realização *integral da Escola Nova*” prescindiria “in totum de *qualquer plano antecipado*” (grifos do autor). Ao contrário, sustenta, embora as “*situações da vida diária e os interesses de que nascem as necessidades particulares imediatas dos alunos*” devessem ser moldadas dia-a-dia, as demais deveriam “*ser planejadas com antecedência, porque definem o próprio sentido em que vai se desenvolver a ação*” (TEIXEIRA, in CAMPOS, 1933, p. 10)”. Enfatiza que o Programa publicado não se enquadra “*no tipo habitual do programa escolar brasileiro com as suas intermináveis lições de ‘ponto’*”. No Programa de Linguagem estavam “*estudadas as teorias desse ensino, os seus objetivos, os assuntos que podem constituir as experiências cotidianas do aluno, numerosas ilustrações de*

**Marta Maria Chagas de Carvalho**

*'unidades' do processo de ensino, os resultados a conseguir e os meios os verificar"* (p. 11).

A iniciativa editorial apresentava-se fortemente vinculada ao princípio de experimentação pedagógica que permeava toda a Reforma Anísio Teixeira. Elaborado por Maria dos Reis Campos, na Seção de Programas Escolares do Instituto de Pesquisas Educacionais que a Reforma criara, o Programa publicado apresentava *"planos desenvolvidos e amplos para serem experimentados nas escolas, devendo constituir objeto de contínua revisão, a fim de ali atuarem como força viva de renovação e progresso e não como rígidas imposições intangíveis à liberdade de iniciativa e de modificação"* (TEIXEIRA, in CAMPOS, 1933, p. 12)".

Concebendo o programa escolar como *"obra de cooperação entre os técnicos especializados no estudo da criança e da sociedade e os professores que o aplicam e o executam"*, Anísio Teixeira apresentava o Programa apelando para a colaboração dos professores. O material impresso é ferramenta de trabalho que lhes possibilita encontrar - tanto aos "mais avançados" como aos "mais apegados ao tradicionalismo pedagógico" - *"um corpo de doutrina e de matéria que lhes facilitará o exame da posição em que se encontram e, conseqüentemente, lhes oferecerá sugestões para progredir, alterar e harmonizar os próprios processos, e para orientar, de modo geral, toda a sua atividade pedagógica no campo do ensino da linguagem"* (TEIXEIRA, in CAMPOS, 1933, p. 11-12).

O caráter de ferramenta de trabalho do impresso oferecido ao professor para a transformação de suas práticas determina a seleção e a organização do conteúdo da publicação. O programa era organizado de modo a fornecer sugestões de trabalho e informações pedagógicas que permitiam melhor compreender e avaliar suas práticas. Os tópicos do Programa de Linguagem - Leitura, Literatura, Escrita e Caligrafia, Composição, Gramática - eram estruturados em torno de quatro itens: Objetivos, Análise dos Objetivos, Prática do Ensino e Mínimo que se deve alcançar. Assim, fiel aos princípios escolanovistas, o impresso não funciona como receituário fixo de aplicação mecânica de preceitos pedagógicos, mas como roteiro e referência da ação. O próprio formato de programa escolar no sentido tradicional era subvertido pelo material fornecido como seu equivalente. Esse caráter de impresso-ferramenta marca, guardadas as especificidades, muitas outras iniciativas dos pioneiros como reformadores escolares. Nelas, a publicação de Programas desempenhou um papel central, talvez porque representasse a maneira mais incisiva e direta de lidar com a prática do professor no dia a dia da sala de aula, transformando-a, já que opera no interior do movimento mesmo de apropriação dos preceitos escolanovistas nas práticas de sala de aula.. Era um modo de articular a leitura a uma situação "real de vida e de experiência", fazendo com que o professor percebesse no que residia, concretamente, a necessidade e possibilidade de transformação de suas práticas. Distinguindo-se por sua configuração material

de outras iniciativas editoriais, como revistas pedagógicas, os guias de Anísio, enquanto impressos- ferramenta propunham-se, no entanto, a usos similares aos prescritos para outros materiais impressos produzidos e distribuídos no âmbito de iniciativas de reforma escolar, podendo, com eles, serem considerados como exemplos de uma mesma estratégia editorial que traz para o primeiro plano a questão da intervenção ativa do professor no processo de leitura-aprendizagem. É oportuno não esquecer que esse tipo de impresso-ferramenta era produto de uma entre as muitas iniciativas editoriais de conformação das práticas docentes articuladas no âmbito das estratégias das reformas escolares dos anos 20 e 30, inscrevendo-se em uma rede de impressos com objetivos mais amplos.

Quando, por exemplo, Lourenço Filho assume a Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, imediatamente após a Revolução de 1930, uma de suas primeiras iniciativas é mudar o título, o formato e o escopo da revista que vinha sendo publicada como órgão da Diretoria. A revista Educação passa a chamar-se *Escola Nova*. Na contra-capa do novo impresso, explicitavam-se algumas regras de uma nova estratégia editorial (ESCOLA NOVA, 1930). Era a revista “*órgão destinado à livre exposição e crítica de assuntos educativos, sejam os de pura doutrina, sejam os de aplicação direta e imediata*”. Eram convidados a nela colaborar “*todos quantos, professores de ofício ou estudiosos dos vários aspectos do problema educativo*” desajassem participar seriamente “*numa obra de coordenação da nascente cultura pedagógica nacional*”. A Escola Nova, determinava-se, não teria “*noticiário*”, nem publicaria “*homenagens ou artigos literários de pura forma*”. Sua seção bibliográfica seria organizada “*de molde a constituir-se um repositório de informação retrospectiva e contemporânea da cultura pedagógica mundial, facilitando aos professores a organização e orientação de suas leituras*” (ESCOLA NOVA, 1930). Coordenar um movimento de elaboração de uma cultura pedagógica nacional, incentivando a participação de professores e estudiosos de questões educacionais e subsidiar a prática docente dos professores pela mediação de hábitos de leitura informados por um trabalho de atualização e de crítica bibliográfica efetuado pela Revista eram os objetivos declarados da nova iniciativa editorial.

Coordenar, incentivar, subsidiar, informar, atualizar: delineia-se aí uma estratégia de intervenção do impresso como dispositivos de constituição de uma nova cultura pedagógica do professorado, peça central de um programa de reforma escolar. Essa estratégia distingue-se marcadamente da adotada pelos católicos. Não se trata, como é o caso destas últimas, de direta e explicitamente prescrever o que ler, o que não ler e como ler; tratava-se de fornecer um repertório de informações e de referenciais teórico-doutrinários que permitissem ao professor assumir, ele próprio, a “organização e orientação” de suas leituras. Essa estratégia não ignorava o papel potencial e programaticamente diretivo do “repositório” de informações e referenciais que a Revista pretendia fornecer, seja na sua seção bibliográfica, seja na seleção

**Marta Maria Chagas de Carvalho**

das matérias publicadas. Ela decorria de um juízo de eficácia pedagógica alicerçado em certezas sedimentadas por teorias psicológicas, que eram as mesmas que sustentavam a opção de seus agentes pela escola nova e o seu repúdio à chamada escola tradicional.

O primeiro número da revista *Escola Nova* era aberto por uma Apresentação de Lourenço Filho na qualidade de Diretor Geral da Instrução Pública. Nela, Lourenço joga com a designação do título da publicação (que é título também do texto de apresentação), de modo a falar, não explicitamente da revista, mas da nova escola que deveria ser implantada no país, como obra política da Revolução de 1930: “Para um Brasil novo, uma escola nova”, era a frase com que iniciava a sua preleção. Na definição do perfil dessa nova escola, Lourenço retoma algumas tópicos do discurso que vinha sendo dominante no movimento de renovação educacional desde os anos vinte: a escola deveria deixar de ser um “aparelho formal de alfabetização” para tornar-se um organismo vivo, capaz de refletir o meio”; deveria “afeiçoar a inteligência infantil aos problemas de seu ambiente próprio”, radicando o “aluno ao seu pequeno torrão”; deveria tornar-se “um órgão que coordene, no sentido de implantar os ideais nacionais de renovação”. Para configurar-se segundo essas finalidades, a escola deveria ser “uma escola renovada nos seus processos didáticos”. Era preciso, para isso, romper com a “falsa idéia de que a criança, como cera plástica, pode ser modelada de fora para dentro” e buscar o “conhecimento objetivo da criança” (LOURENÇO FILHO, in ESCOLA NOVA, 1930, p. 3-7)

Configurando dessa forma o perfil da nova escola brasileira, Lourenço passa a discorrer sobre o papel do professor no que constituía como obra de “inteligência” capaz de “construir o Brasil novo”: “*Na compreensão da finalidade a que deve servir, - pontuava - orientado segundo as normas da ciência, amparado por uma organização de assistência técnica, todo e qualquer professor paulista, até o mais humilde, terá liberdade para sugerir e criar, será incentivado para o estudo científico da criança, para o conhecimento da nova psicologia e de suas surpreendentes aplicações*” (LOURENÇO FILHO, in ESCOLA NOVA, 1930, p. 3-7). Prometendo aos professores paulistas “novas condições de trabalho num ambiente de estímulo e incentivo”, Lourenço Filho explicitava o que considerava a fórmula de sucesso e o cerne de seu programa de administração: “*A obra da educação é antes de tudo, uma obra de liberdade. Sem ela, não há professor capaz. Mas entendamo-nos, Liberdade esclarecida pelo conhecimento, não embrutecida pela superstição e pela rotina. (...) A assistência técnica, sem imposição alguma de sistemas, mas capaz de estimular cada professor a criar o seu sistema atenderá a este ponto, de maneira eficiente, dentro de muito pouco tempo.*” (LOURENÇO FILHO, in ESCOLA NOVA, 1930, p. 3-7)

“Liberdade esclarecida pelo conhecimento” e favorecida por um trabalho de “assistência técnica” prestado pela Diretoria. A fórmula condensa,

com efeito, um programa de gestão que foi acionado em um conjunto de medidas administrativas que abrangeram a reformulação técnico-administrativa dos órgãos subordinados à Diretoria e a decretação da autonomia didática do professor. No contexto dessas medidas é que se articula a estratégia editorial da revista *Escola Nova*, como órgão prestador de um serviço cuja natureza se evidencia como de assistência técnica, no sentido firmado por Lourenço: serviço capaz de “esclarecer” e “estimular” o professor a “criar” o seu “sistema” de trabalho, evitando “impor” idéias ou rotinas pedagógicas.

Essa estratégia editorial fica sobretudo evidente no segundo número da revista, número temático sobre Programas Escolares. A revista saía a público para fornecer ao professor - a quem medidas administrativas cobravam a composição de seus próprios programas de ensino para o ano de 1931 - “elementos de estudo” : programas escolares de diferentes países, com orientação das mais diversas; “sugestões e princípios da escola renovada”, ao lado de “programas de velhos países europeus, alguns de orientação educativa evidentemente tradicional”, excertos de programas em vigor nas escolas de Minas Gerais e nas do Distrito Federal. Com esses elementos, “o professor, cômico de suas responsabilidades” teria, “diante dos olhos”, uma variedade de problemas que deveriam levá-lo “*ao estudo sério e ao desejo de colaborar na grande obra a fazer-se de renovação da escola paulista*” (LOURENÇO FILHO, in ESCOLA NOVA, 1930, p. 81-85).

Mas o programa de renovação escolar exigia investimentos editoriais mais amplos na formação dos professores. É assim que ganha relevância a organização de coleções pedagógicas de que são exemplares a *Biblioteca de Educação*, organizada por Lourenço Filho para a *Companhia Melhoramentos* e a *Atualidades Pedagógicas*, organizada por Fernando de Azevedo, para a *Companhia Editora Nacional*. Fornecendo um repertório de saberes autorizados e prescrevendo modos de ler e de utilizar o lido, essas coleções foram montadas em sintonia com o movimento de renovação escolar em curso<sup>3</sup>. Tratava-se, em ambos os casos, de tornar seletivamente acessíveis as novas proposições pedagógicas, dando a conhecer iniciativas de renovação escolar e constituindo um repertório doutrinário. Nessas coleções, montam-se redes de impressos como *Bibliotecas para Professores*. Nelas, o objetivo é compor um repertório de valores e de conhecimentos destinados a balizar a prática docente, constituindo com ele a cultura pedagógica reputada necessária à transformação da escola.

No campo normativo da pedagogia da escola nova, o livro único de pedagogia, espécie de manual em que se compendia o conjunto dos saberes representados como necessários e suficientes ao exercício da prática docente, tende a ser substituído por coleções pedagógicas. Nessas *bibliotecas para professores*, o recorte temático efetuado pela seleção dos títulos que integram a coleção subordina-se ao intento de constituir uma cultura pedagógica que sirva de fundamento e de critério para o exercício da prática docente. Trata-se

**Marta Maria Chagas de Carvalho**

de fornecer um repertório de informações e de referenciais críticos para o professor, modulando-lhe a leitura como prática inventiva rebelde à prescrição de modelos. Essa estratégia não subestima o papel potencial e programaticamente diretivo do repertório constituído: tal papel diretivo, embutido na própria seleção do material publicado, é reforçado pelos múltiplos dispositivos de modelização da leitura acionados em prefácios, introduções e resenhas dos livros editados. Nesse campo normativo, o que importa é constituir uma cultura pedagógica, compondo-se um repertório de valores e de conhecimentos destinados a balizar a prática docente. Para tanto, importa suscitar novos hábitos de leitura no professorado, propondo-se roteiros de leitura e prescrevendo-se modos de ler e de utilizar o lido. Interesse, atividade, intervenção do leitor/professor, relação do impresso com situações reais de vida e experiência são tópicos que configuram o campo normativo dessa pedagogia. Nela se configuram representações sobre a prática docente, sobre o papel do professor como usuário do impresso e sobre as relações ensino/aprendizagem que funcionam como regras de uso de materiais escolares.

As perspectivas de análise adotadas têm especial relevância para o estudo das coleções organizadas, nas décadas de 1920 e 1930, por Fernando de Azevedo e Lourenço Filho<sup>4</sup>, intelectuais que se fizeram autores, tradutores e editores de vasta literatura pedagógica, exercendo inegável e importante papel no processo de constituição do campo educacional no Brasil. Em um período no qual, no país, as iniciativas editoriais são relativamente escassas, dispersas, descontínuas e, na maior parte dos casos, voluntaristas, a intervenção desses intelectuais editores não pode ser subestimada. Os crivos que configuraram a apropriação que fizeram do que leram, viram, ouviram e vivenciaram, na sua privilegiada itinerância por circuitos culturais estranhos à grande maioria das populações brasileiras, foram determinantes das estratégias editoriais que adotaram. Analisar essas estratégias, situando-as em um lugar de poder - o da posição que esses intelectuais ocuparam como profissionais e políticos encarregados da gestão (por eles sempre entendida como reforma educacional) dos sistemas públicos de ensino- configurou-se como uma das vertentes principais da pesquisa.

Os múltiplos contatos com o movimento pela escola nova que se desenrolava no estrangeiro forneceram, sem dúvida, a esses intelectuais-editores, o acesso a um cardápio alargado de possibilidades de intervenção pedagógica. Determinar as opções que fizeram, apropriando-se de saberes e compondo estratégias de intervenção remodeladora da escola são procedimentos que permitem determinar o lugar que conferiram ao impresso em suas estratégias de remodelação do imaginário e das práticas docentes, compondo *Bibliotecas para Professores*. Dar conta dessa estratégia editorial tem implicado analisar práticas de apropriação do repertório escolanovista, analisando-as nos posicionamentos que assumem e no modo como produzem valores de uso específicos. Enveredar por essa linha de investigação implicou responder à pergunta: Que importância foi dada a iniciativas de formação dos

### Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação

professores calcadas em usos do impresso, nas estratégias de reforma escolar que esses intelectuais-editores puseram em cena nas décadas de 1920 e 1930? E tem sido fundamental pensar as estratégias editoriais de difusão da chamada pedagogia da escola nova como estratégia articulada ao programa de reforma da sociedade pela reforma da escola que esses intelectuais-editores implementaram, na posição de gestores dos sistemas públicos de ensino e de profissionais engajados no chamado movimento de renovação educacional brasileiro.

Nos últimos anos, essas investigações, orientadas para a determinação dos usos do impresso na difusão da *pedagogia da escola nova*, passaram a enfrentar, uma nova problemática. Foi assim que, interessada na determinação de modalidades distintas de organização do campo normativo da pedagogia, propus-me a discernir modalidades distintas de configuração discursiva, na proliferação dos discursos que, no Brasil, a partir do final do século XIX e nas primeiras quatro décadas do século XX, buscaram legitimar-se enquanto saber pedagógico de tipo *novo, moderno, experimental e científico*. A iniciativa levou-me a contrastar o campo pedagógico configurado nas décadas de 1920 e 1930 pelo discurso escolanovista e aquele constituído nos discursos que, a partir do final do século XIX, reivindicam para si o estatuto de *pedagogia moderna*. Tratava-se de problematizar o modo como a historiografia educacional brasileira vem utilizando a designação *pedagogia da escola nova* de maneira a unificar, indistintamente, práticas discursivas de problemática unificação. Com essa redefinição de interesses, uma nova vertente de investigação passou a ser a de explorar a relação entre estilos de intervenção pedagógica e usos diferenciados do impresso. Contrastar modalidades distintas de configuração do campo das práticas e dos saberes pedagógicos, evidenciando sua articulação com o formato de materiais impressos e com as estratégias que presidiram a sua produção e circulação, passa a ser, assim, um dos objetivos centrais da pesquisa<sup>5</sup>.

### Referências

BICCAS, M. S. **O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940)**. 2001. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, M. M. C. **Uma biblioteca para formar professores na Escola Normal**. In: VII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana. Quito: Universidade Andina Simon Bolívar. 2005.

\_\_\_\_\_. A Escola Nova no Brasil; uma perspectiva de estudo. In **Educação em Questão**, Natal/RN, v. 21, n. 7, set./dez. 2004, p. 90-98.

\_\_\_\_\_. **A Escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

**Marta Maria Chagas de Carvalho**

CARVALHO, M. M. C. Pedagogia da escola nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola In: FREITAS, M. C. ; KHULMANN, M. **Os intelectuais na História da Infância**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 373-408.

\_\_\_\_\_. A caixa de utensílios, o tratado e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura de professores. In: VIDAL, D. G. ; HILSDORF, M. L. (Org.). **Tópicos de História da Educação**. São Paulo: EDUSP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Molde nacional e fôrma cívica**: Higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista : EDUSF, 1998.

\_\_\_\_\_. Quando a História da Educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas In: FREITAS, M. C. (org.) **História social da infância no Brasil**. 1. ed. São Paulo : Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. BICCAS, M. S. Reforma escolar e práticas de leitura de professores. In: CARVALHO, M. M. C.; VIDAL, D.G. (Org.). **Biblioteca e formação docente (percursos de leitura)**. Belo Horizonte: Autentica, 2000, p. 63-91.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Reforma escolar, pedagogia da escola nova e usos do impresso. **Contemporaneidade e Educação**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 71-92, 2000.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. A Coleção como estratégia editorial de difusão de modelos pedagógicos: o caso da Biblioteca de Educação organizada por Lourenço Filho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: a educação escolar em perspectiva histórica. 3., 2004, Curitiba, **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004 a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. A Biblioteca de Educação de Lourenço Filho: uma coleção a serviço de um projeto de inovação pedagógica In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - Igreja, Estado, sociedade civil: Instâncias promotoras de ensino. 5., 2004, **Livro de resumos...** Évora. Portugal: [s.n.], 2004b. p. 298.

CAMPOS, M. dos R. **Programa de linguagem**. Departamento de Educação do Distrito Federal, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933, (Programas e Guias de Ensino, Série C, n. 1.)

CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary del Priore. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. **El Mundo como Representación**: estudios sobre historia cultural.

### Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação

Barcelona: Gedisa, 1996.

DANTAS, A. L. **A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**. 2001. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, Vozes, 1994.

GAUZÈRE, M. "La nebuleuse: enquête sur l'histoire culturelle". In: RIOUX, J. P. (dir.) **L'Histoire Culturelle de la France Contemporaine (Bilans et perspectives de la recherche)**. Paris: Ministère de la Culture et de la communication/CNRS, 1987.

SGARBI, A. D. **Bibliotecas pedagógicas católicas**. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

TOLEDO, M. R. de A. **Coleção atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. 2001. 295 p. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

#### Notas

\* Este texto reorganiza e unifica trabalhos sobre o tema que foram originalmente apresentados em Congressos. Ele resume linha de investigação iniciada em 1991, com a aprovação, pelo CNPq, de bolsa de pesquisa vinculada ao projeto *Escola nova, saberes pedagógicos e práticas escolares: as estratégias do impresso (1927- 1945)*. Esse projeto original teve sucessivos desdobramentos, contando sempre com o apoio de bolsa de pesquisa do CNPq. Para o desenvolvimento da perspectiva de pesquisa nele exposta, contei com recursos do projeto *Práticas de Leitura de Professores e Reforma Escolar no Brasil (1920-1945)*, financiado pela FINEP. Temas, questões e procedimentos nele articulados estão presentes em diversos artigos, parte dos quais integra o livro *A escola e a República e outros ensaios*. (cf CARVALHO, ..2003) Entre ao artigos que não foram incorporados ao livro ver, especialmente: CARVALHO,204; CARVALHO, 2002; CARVALHO, 2001.CARVALHO e BICCAS, 2000;.CARVALHO e TOLEDO, 2000 CARVALHO e TOLEDO, 2004; CARVALHO e TOLEDO, 2004. A perspectiva de investigação exposta norteou a elaboração de Teses de Doutorado desenvolvidas, sob minha orientação, na Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Cf BICCAS, 2001; DANTAS, 2001; SGARBI, 2001; TOLEDO, 2001.

<sup>1</sup> A tese foi defendida em 1987 e posteriormente publicada em livro (cf CARVALHO, 1998)

<sup>2</sup>As estratégias católicas de difusão do escolanovismo foram objeto de estudo no artigo de minha autoria intitulado *Usos do Impresso nas estratégias católicas de conformação do campo doutrinário da pedagogia (1931-1935)*, originalmente publicado, em 1994, nos Cadernos Anped n.7, e republicado em livro, em 2003.. Cf CARVALHO, 2003, p 103-121.

<sup>3</sup> Sobre a coleção *Atualidades Pedagógicas* ver TOLEDO,2001.Sobre a *Biblioteca de Educação*, ver CARVALHO; TOLEDO,2004<sup>a</sup>; CARVALHO e TOLEDO, 2004b.

<sup>4</sup> As coleções Biblioteca de Educação, organizada por Lourenço Filho e *Atualidades Pedagógicas*, por Fernando de Azevedo não foram apenas editadas nas décadas de 1920 e 1930. Sobre os critérios de periodização adotados no exame dessas coleções, ver TOLEDO, 2001 e CARVALHO e TOLEDO, 2004b (versão integral no prelo).

<sup>5</sup> A esse respeito ver CARVALHO 1997; CARVALHO, 2001; CARVALHO 2002; CARVALHO,

**Marta Maria Chagas de Carvalho**

2005.. A partir de 2003, as pesquisas desenvolvidas articulam-se também ao projeto CAPES/  
*GRICES História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*

**Correspondência**

**Marta Maria Chagas de Carvalho** - Rua Direita, 1266 - Granja Viana - 06700-000 - Cotia - SP.

E-mail: mcmarta@uol.com.br

Recebido em 15 de setembro de 2005

Aprovado em 27 de outubro de 2005